

Colonialismo, fome e *plantations*: a migração cabila como resistência às leis de terra na Argélia Francesa (1906-1950)¹

Jheniffer Caroline Oliveira Souza (UFMG/Unimontes)²

Palavras-chave: Argélia; Migração; Resistência.

Introdução

Nosso objeto de análise é a dinâmica histórica da *primeira idade da emigração* cabila para a França, que vai de 1906 à década de 1950. Essa periodização foi teorizada por Abdelmalek Sayad (2010), em sua leitura de que a emigração argelina para a França, no decorrer do século XX, teve três momentos com características diferentes. Essa primeira idade inserir-se-ia no fenômeno mais amplo da migração argelina para a França. Mesmo que não seja aqui abordada, cabe mencionar que a segunda idade dessa migração adquire uma dinâmica diferente por se dar a partir da década de 1950, durante a qual as relações entre Argélia e França se alteraram devido ao processo da Guerra de Independência argelina (1954-1962), redefinindo os objetivos da migração. Pela leitura que aqui faremos, essa primeira idade abarcou a resistência dos *fellahin* que tinham como foco migrar para manter a posse da terra e sua condição de camponês; na segunda idade isso não se repete, posto que a guerra dá o golpe fatal do processo de desestruturação do meio rural, em curso durante todo o período colonial, sobretudo nas regiões em que as populações foram deslocadas para os infames reagrupamentos (Bourdieu; Sayad, 2017). Ou seja, grande parte dos *fellahin* e suas comunidades perderam o que preservar devido à aceleração do processo de descamponização³.

Analisar a primeira idade da emigração cabila para a França, permite com que seja destacada a agência dos camponeses argelinos e sua recusa de dobrar-se ao processo de desestruturação imposto pelo domínio neocolonial capitalista francês. Processo este marcado pela expropriação de terras e a imposição de uma agricultura colonial capitalista, que privilegiou demandas francesas em detrimento das populações nativas. Ademais, cabe destacar que a leitura dessa dinâmica migratória entre Argélia e França será feita levando em conta as condições de origem dos emigrantes, para evitar

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024)

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação Associado (UFMG/Unimontes), em Sociedade Ambiente e Território; Bolsista Fapemig.

³ A ideia aqui presente não é a de que os *fellahin* perdem sua capacidade de resistência frente ao colonialismo, mas que essa dinâmica é alterada pela brutalidade da guerra. Com o curso da guerra, e seu encerramento, a migração para a França não deixa de ocorrer mas adquire outras características, visto que o objetivo deixa de ser a manutenção da identidade camponesa, conforme aponta Sayad (2010).

uma visão parcial e etnocêntrica desse fenômeno migratório, conforme aconselha Sayad (2010). Para ele, deve-se evitar leituras que levem em conta apenas o *imigrante* como se sua existência começasse no momento em que chega ao país de destino; e deve-se considerar o *emigrante* e a história que o levou a assumir tal condição.

No caso aqui analisado, da migração dos *fellahin* cabilas para a França entre 1906 e 1950, há alguns fatores a serem considerados nas condições originárias desses emigrantes. Primeiro, o contexto histórico mais amplo no qual ele se insere, que no caso é o da colonização de seu território, a Argélia, pela França; Um segundo ponto, são as políticas desse sistema colonial que tem influência direta na necessidade dessa migração, sobretudo as políticas agrárias que expropriaram as terras dos nativos maciçamente e a imposição de uma agricultura colonial representada pelos vinhedos; Um terceiro é a particularidade do território de origem desse migrante, que no caso aqui é a Cabília, uma região com características próprias dentro do contexto mais amplo que é a Argélia; O quarto elemento, diretamente relacionado ao terceiro, é o da construção do chamado *mito cabila* que vai ter influência na forma que se dará a migração cabila para a França. Esses fatores serão apresentados a seguir para darmos um panorama histórico da origem dessa emigração cabila, para em sequência entrarmos em suas particularidades e argumentarmos como a caracterizamos como uma resistência.

Domínio neocolonial francês na Argélia

O domínio neocolonial francês da Argélia se caracterizou pela imposição de uma estrutura de exploração capitalista, dita moderna. Muito marcada pela noção francesa de civilização, essa colonização se justificava por uma pretensa missão civilizatória e assimilacionista. Muitos franceses defenderam a colonização como benéfica aos nativos, que supunham não saber fazer bom proveito de seu território. Os franceses, firmes em sua missão, recorreram então à violência, às expropriações de terra e até mesmo à fome. Tudo em nome da civilização. Conforme defendido por influentes políticos e pensadores franceses como Alexis de Tocqueville, a conquista da Argélia demandava certas “necessidades infelizes”, como o uso da fome para subjugar as populações em nome do direito de guerra (Kiernan, 2007). Para Tocqueville, parcelas da população compostas por árabes tinham até mesmo que serem exterminadas (Kiernan, 2007).

A Argélia é um país situado no Norte da África, mais especificamente na região conhecida como Magreb, que tem predominância das culturas árabe⁴ e berbere⁵, bem como majoritariamente islâmica. A Argélia francesa foi a denominação colonial dada pela França à sua colônia ocupada a partir de 1830. Território antes conhecido como Magreb central, passa a ser chamado de Argélia por meio de um ato colonial de nomeação⁶.

A história que precede a colonização francesa é uma história milenar, marcada pela dominação de vários grupos sobre os “nativos” berberes (império romano, passando pela expansão dos califados árabes até o domínio turco-otomano), conforme indica Charles-Robert Ageron (1964). Mas o domínio neocolonial francês foi um tipo diferente e específico de dominação, muito ligado à expansão imperialista moderna do século XIX, que afetou violentamente o meio rural, sobretudo com as expropriações maciças de terras, facilitadas por um conjunto de leis fundiárias outorgadas pelos franceses que alteraram a estrutura de propriedade tradicional.

A França dividiu a Argélia em três departamentos⁷: o de Orã, o de Argel e o de Constantina. A parte sul, caracterizada pelo deserto do Saara, recebeu o nome genérico de territórios do sul. A exploração se concentrou no norte do território e a agricultura colonial teve mais sucesso nas áreas planas.

Ao se pensar o território argelino, deve ser levado em conta a sua heterogeneidade. A Argélia não é homogênea etnicamente, culturalmente e nem mesmo geograficamente. Ao se levar em conta que é o maior país do continente africano, não é difícil imaginar a diversidade contida no território. Nesse sentido, alguns elementos históricos podem ser interpretados de maneira mais ampla abarcando todo o território, como por exemplo a violência colonial que afetou todos os nativos sem exceção. Mas alguns elementos devem ser lidos levando em conta as especificidades de cada região e

⁴ Os árabes são um grupo etnolinguístico originário da Península Arábica, caracterizados pela sua língua e cultura árabes. A presença árabe na Argélia teve início com a expansão islâmica no século VII, quando os exércitos árabes conquistaram a região e introduziram o Islã.

⁵ “Os berberes da Argélia compreendem os Chaouia das montanhas Aurès no sudeste da Argélia, os cabilas (o maior grupo) do que hoje é conhecido como Kabylia, os mozabitas do Mزاب na região norte do Saara e os tuaregues do Saara central. Excetuando as exceções individuais, todos, exceto os mozabitas, são, tal como os árabes, muçulmanos sunitas do rito Maleki. Eles se distinguem dos árabes pela sua cultura e língua, dos quais existem vários dialetos, mas ainda assim existem berberes e áreas berberes de língua árabe, entre os Chaouia por exemplo, onde a cultura árabe foi absorvida pela sua própria” (Lorcin, 2014).

⁶ “O próprio nome da Argélia data de 1834, mas a Regência de Argel, fundada pelos corsários Arrûj e Khâir-ed-dîn e colocada sob domínio turco até a conquista francesa, existe desde a primeira metade do século XVI” (Ageron, 1964, p. 5, tradução nossa).

⁷ O equivalente francês aos estados no uso brasileiro.

de cada grupo. Tal reflexão será importante adiante, quando tratarmos das particularidades da Cabília, uma região montanhosa que se situa entre os departamentos de Argel e Constantina.

Georges Balandier (2014), aponta a importância em se pensar como uma colônia não é composta por grupos homogêneos e ressalta como o poderio colonial muitas vezes se valeu das divisões internas para subjugar mais facilmente os nativos, além de fomentar outras divisões. A perspectiva de Balandier, de levar em conta a heterogeneidade dos povos colonizados, é muito adequada para entender a Argélia. Abdelmalek Sayad (1994) destaca que, para além de uma oposição entre árabes e berberes, que antecede à colonização francesa, foi reforçada uma distinção entre o leste e o oeste da Argélia ao longo do período colonial, que acentuou e sistematizou as diferenças entre leste e oeste e determinou formas distintas e distintivas de emigração. É nessa lógica que esse texto se insere, ao tomar como objeto um tipo específico de migração argelina durante o período colonial.

Evolução da colonização: questões fundiárias e agricultura colonial

Conquista do território:

Em 1830 a França invadiu e tomou Argel e manteve o território como colônia até 1962, ano em que os argelinos alcançaram a independência por meio de oito anos de uma guerra violenta. A dominação colonial francesa foi marcada pela violência, seja no âmbito físico da conquista, que teve um caráter militar, seja no âmbito jurídico, em que buscaram meios teoricamente legais para expropriar maciçamente as terras dos nativos. A colonização na Argélia incentivou um tipo de ocupação agrícola de exploração e atraiu colonos europeus para ocuparem terras que nunca estiveram desocupadas. O domínio colonial sempre procurou maneiras de favorecer os colonos, à medida que os nativos foram empurrados para a miséria.

Ao contrário do discurso usado para legitimar a ocupação, de que os nativos faziam mau uso de suas terras e já viviam em condições de vida precárias, os nativos tinham um modo de produção e de vida organizado e estável. Foi a dominação francesa que desarticulou brutalmente esta situação. Como resultado, o cenário rural na Argélia sofreu uma desestruturação significativa, tanto devido às barreiras do acesso à terra aos nativos, quanto às demandas por determinados produtos como o vinho e o trigo, voltados ao mercado metropolitano.

No decorrer da colonização, a extensão dos territórios possuídos pelos camponeses argelinos se tornou inferior ao mínimo indispensável para a sobrevivência

de uma família camponesa. Como consequência da perda de propriedade territorial e da proletarização, numerosas tradições agrícolas foram abandonadas, como a da rotação e descanso das terras (Bourdieu; Sayad, 2017). Com o acesso à terra cada vez mais dificultado, as comunidades foram sendo reduzidas à proletarização e à miséria.

Como um dos resultados da expropriação das terras, fundamentais para a sustentação e continuação dos modos de vida das populações camponesas, a fome emergiu como uma característica predominante na vida dessas comunidades. Ao contrário das alegações dos franceses, que se baseavam em discursos que afirmavam que a Argélia dependia da metrópole para prosperar, a fome não era um fenômeno natural, nem estava intrinsecamente ligada a fatores climáticos ou à economia tradicional. Na verdade, a fome tinha suas raízes nas políticas coloniais opressivas que despojaram os camponeses de suas terras e meios de subsistência tradicionais.

Leis fundiárias:

Como ressaltado, o processo francês de exploração colonial na Argélia, foi caracterizado pela desigualdade imposta aos colonizados por meio de violências de diversos tipos, indo da explícita ação militar até a implícita nos códigos jurídicos impostos. A apropriação e exploração dos recursos naturais pelo colonialismo francês revelaram-se extremamente impactantes, com a implementação de leis agrárias que resultaram na expropriação das terras de inúmeros camponeses. As grandes práticas e leis fundiárias coloniais do século XIX, sobretudo o *Cantonement*, o *sénatus-consulte* de 1863 e a *Lei Warnier* de 1873, tiveram efeitos de longa duração na Argélia. De acordo com Bourdieu e Sayad (2006), “a política agrária que tendia a transformar a propriedade comum em mercadoria, contribuiu decisivamente para desintegrar as unidades sociais tradicionais, ao destruir um equilíbrio econômico em que a propriedade tribal ou clânica constituía a principal proteção”.

O *Cantonement* se tratava de uma política francesa que teve início na Argélia na década de 1840, mas também foi posta em prática em outros territórios coloniais como a Nova Caledônia, em que “a função latente era a mesma nos dois casos: a expropriação maciça das terras nativas em benefício dos colonos ou do domínio público” (Merle, 2000, p. 217-234, tradução nossa). Na Argélia esse processo ocorreu até a década de 1860, que, conforme Isabelle Merle (2000), no início, tratava-se de uma estratégia militar de expulsão das populações, que se tentou revestir de legalidade com o termo “acantonamento”, retirado do Código Florestal. Mas aplicado em um contexto colonial, fez com que a delimitação da propriedade nativa fosse precarizada e suscetível ao

confisco pelo governo colonial. Merle destaca que o *Cantonement* era uma forma fácil de alargar a propriedade fundiária em benefício dos europeus. De acordo com Rachel Eva Schley (2015), o governo colonial apoderou-se de quase 400.000 hectares de terra para uma população de 131.000 colonos e uma década mais tarde, com o acantonamento bem encaminhado, os números oficiais calculavam que o governo possuía 1.380.000 hectares para uma população de 193.000 colonos.

Na década de 1860, as formas de ocupação da terra passaram a ser revistas. “Era urgente uma nova legislação fundiária capaz de consolidar a propriedade nativa e de a proteger contra os efeitos da colonização espoliadora. Era este o objetivo do *sénatus-consulte* adotado em 22 de abril de 1863” (Merle, 2000, p. 217-234). O *sénatus-consulte* surge de uma suposta preocupação de Napoleão III em elaborar uma legislação fundiária que garantisse os direitos dos nativos. Pois, na teoria, essa lei contestava a "teoria da propriedade de conquista", exigindo o reconhecimento da propriedade "tribal" dos territórios, com o objetivo de "trazer os benefícios da colonização", permitindo aos nativos o acesso à propriedade privada e, assim, a plena adesão a uma sociedade dita civilizada (Merle, 2000, p. 217-234).

Mas a introdução da propriedade privada beneficiava os colonos e não aos nativos. Pois, além de dismantelar as redes tradicionais de sociabilidade, ela abria a possibilidade de compra e venda a preços baixos, estimulando assim a especulação. Para Merle (2000), até 1873, o processo de privatização das terras teria ocorrido de maneira lenta, enquanto se acelerava a demarcação das terras coletivas (ou *douars*), das quais o Estado era o principal beneficiário, recebendo o seu tributo e entregando-as ao domínio público. No entanto, a lei Warnier de 1873 (complementada pela lei de 22 de abril de 1887), embora levando o *sénatus-consulte* à sua conclusão lógica, concedeu vitória aos colonos ao generalizar um "afrancesamento" das terras. Ou seja, ao permitir a compra e venda de todas as terras, quer fossem "francesas" ou "nativas", rompeu com o princípio da propriedade nativa coletiva e inalienável e abriu caminho ao desmembramento dos territórios. Estes últimos ficaram à mercê da intensa especulação que se desenvolveu e permitiu a transferência progressiva da grande maioria das terras aráveis para os colonos (Merle, 2000, p. 217-234). Para Ali Mekki (2021), a lei Warnier, que assim substituiu as normas da lei islâmica, pelas disposições do Código Civil francês em matéria de sucessão, acelerou o processo de expropriação de terras, segundo a mesma lógica que visava, de fato, limpar o terreno para os colonos, mais impacientes do que nunca para

verem removidos os últimos obstáculos que frustravam o seu apetite por terras, obstáculos que a lei muçulmana se opunha ao estabelecimento da propriedade privada.

A lei Warnier de 1873 se insere em um momento de transição da dominação neocolonial francesa na Argélia. A década de 1870 vai trazer consigo alguns fatores que vão mudar o rumo da colonização, o primeiro deles é a passagem do governo militar para o governo civil. O fim do regime militar coincidiu com o colapso do Segundo Império, quando os civis, se beneficiando do fato de o exército francês estar desacreditado na França, assumiram a administração na Argélia (Lorcin, 2014). Com esse governo civil, a colonização assume um caráter mais privado. Ménouba Hamani (2015), sintetiza de forma clara o processo de evolução da colonização, seus objetivos e como ela foi feita. Abaixo pode ser observada uma adaptação da tabela *Bilan colonisation 1830-1950*, presente em Ménouba Hamani (2015).

Imagem 01: Tabela de evolução da colonização francesa na Argélia

	Tipos de colonização	Objetivos	Como?
1830 - 1840: Louis Phillipe	Anárquica e limitada.	Não claros para as autoridades francesas.	Nacionalização das terras turcas. Especulação anárquica.
1840 - 1851: Monarquia/ 2ª República	1848: Argélia é oficialmente incorporada à França. Pequena colonização oficial assistida.	Povoar o território com colonos.	Expropriações. O governo concede aos colonos terras (de 4 a 12 hectares), equipamentos, dinheiro com a obrigação de cultivá-las e viver nelas.
1851 - 1860: Segundo Império Napoleão III	Colonização Mista: pequena colonização oficial / início da grande colonização (1853)	Aumentar o povoamento.	Expropriações. Concessão de parcelas (até 50 hectares) aos colonos sem a obrigação de residir nelas. Criação da Sociedade Genevoise para construir e povoar aldeias. Fracasso.
1860 - 1871 Segundo Império Napoleão III	Grande colonização oficial, colonização econômica	Aumentar o povoamento, explorar as florestas, exportar madeira (colaboração das grandes empresas).	A divisão das tribos em douars (futuras comunas). Acantonamento das tribos. Instalação da Sociedade Geral (convenção de 1863). Os colonos devem pagar por suas casas.
1871 - 1895 Terceira República	Colonização mista: pequena colonização oficial e início da colonização privada.	Continuar o povoamento do território, criar mais vilas. Incentivar os grandes proprietários colonos.	Expropriação (insurreições 1871/1881). Atribuição de parcelas aos novos colonos, empréstimos bancários aos agricultores. Titulação das terras (arch); (lei Warnier 1873) e concentração da propriedade.
1895 - 1910 Terceira República	Colonização mista. Pequena colonização oficial / colonização livre ou privada.	1. Últimas tentativas de ocupação. 2. Incentivar a concentração da propriedade privada.	Atribuição ou venda de terras aos novos colonos. Expansão da colonização livre através da privatização das terras "arch".

Fonte: Hamani, 2015, p. 46.

Agricultura colonial:

Um outro fator que surge na década de 1870, é a virada feita pela introdução da vitivinicultura colonial, que começa a se delimitar após os vinhedos franceses terem sido atingidos pela filoxera a partir de 1863. Ahmed Henni (2018), argumenta que a valorização econômica da colônia não virá de uma estratégia empresarial, mas de um acaso histórico, o da destruição do vinhedo metropolitano pela filoxera. Conforme ele aponta, foi um acidente histórico que transformou a viticultura na "planta colonizadora por excelência", a "tábua de salvação" de uma colonização economicamente falida.

As *plantations* de uva vão então modificar a estrutura fundiária na Argélia. Essas *plantations*, caracterizadas por grandes propriedades agrícolas dedicadas à

monocultura, foram então estabelecidas em consonância com as leis fundiárias coloniais e assim reorganizaram o território argelino de acordo com os interesses econômicos e políticos da França. Para Maia Venturini (2013), os vinhedos argelinos ganharam protagonismo devido à grave epidemia de filoxera, que atingiu as vinhas do Sul da França a partir de 1863. Ela ressalta que a partir da década de 1880 houve a multiplicação das plantações de vinha na Argélia, transformando a economia de trigo argelina em uma economia de exportação de vinho. A expansão das vinhas e a chegada de imigrantes franceses reestruturaram a economia argelina, mas também resultaram na ampliação do controle francês sobre o território argelino. O desenvolvimento da economia vitivinícola tomou forma por meio da transformação coercitiva da estrutura de propriedade de terras indígenas, passando de tribal para propriedade individualizada (Venturini, 2013). Para Venturini (2013), o desenvolvimento da economia vitivinícola transformou de forma coercitiva a estrutura de propriedade de terras indígenas, tendo grande papel na dominação colonial ao transformar o *fellahin* em mão-de-obra subproletária e desestruturar uma economia local para implantação de uma economia de exportação.

Os vinhedos tiveram papel no crescimento do número de colonos franceses na Argélia e também na definição do tipo de ocupação do território, que de certa forma configurou uma colonização de povoamento, diferente de territórios como Tunísia e Marrocos que foram protetorados. “A ampla adoção da produção de vinho pelos colonos no final do século colocou a colônia em bases muito mais sólidas e acompanhou o aumento da população europeia, de cerca de 300.000 em 1870 para 600.000 em 1900” (White, 2021, tradução nossa). Segundo Owen White (2021), foram destinadas grandes extensões de terras a um produto que os argelinos muçulmanos não eram destinados a consumir. Os vinhedos, juntamente e incentivados pelas leis fundiárias, tiveram papel determinante na generalização das situações de fome e na expulsão populacional, ao confinarem os nativos a terras improdutivas e de tamanho insuficiente.

O deslocamento populacional ofereceu várias vantagens para o colonialismo francês. Ele permitiu estabelecer controle sobre vastas extensões de terras supostamente esvaziadas por motivos de incapacidade agrícola, muitas vezes deslocando populações nativas para áreas periféricas e menos produtivas, enquanto os colonos ocupavam as terras mais férteis e estratégicas. Ao realocar as populações rurais, o colonialismo

poderia também explorar os recursos naturais dessas áreas de forma mais eficaz, utilizando mão de obra barata, e muitas vezes forçada, para explorar tais recursos.

Abdelmalek Sayad (2000), destaca como o oeste da Argélia foi designado como o domínio privilegiado da colonização, sendo o local principal para a projeção do espírito da economia colonial. Nessa região, as leis de propriedade foram aplicadas de forma precoce e brutal, fornecendo à colonização os meios formais para se expropriar das terras comunais de *fellahin*, e adquirir a posse direta de todas as terras que lhe interessavam (Sayad, 2000). Para Noriko Oyamada (2012), a extinção da terra compartilhada, que era o propósito pretendido das autoridades francesas, e o estabelecimento da propriedade privada de terras seriam alcançados nas regiões de colonização europeia, e as terras seriam centralizadas nos colonos europeus, criando a base para o desenvolvimento de colônias agrícolas e monocultura de uva, especialmente após 1880.

Sayad (2000), destaca como a viticultura institucionalizou as discriminações e segregações raciais e sociais já presentes na colonização: para os europeus, a posse e o monopólio dos vinhedos como terra colonial; para a massa rural despossada (*fellahin* e *khammeses*), o trabalho assalariado nos mesmos vinhedos. Ele ressalta o papel das leis fundiárias e dos vinhedos no deslocamento populacional. Inicialmente, a população rural do Oeste da Argélia sentiu o peso da colonização de forma mais severa do que a do Leste, sem trégua ou mediação para amenizar a brutalidade do golpe. Mesmo quando toda a Argélia rural viu sua população forçada a emigrar, tal deslocamento não assumiu a mesma forma e intensidade em todos os lugares.

Um outro ponto abordado por Sayad (1994), é que todas as regiões e classes sociais da Argélia, tanto urbanas quanto rurais, estiveram envolvidas em diferentes formas de emigração. A história colonial intensificou as diferenças entre leste e oeste, resultando em formas distintas de emigração. No Oeste, ocorreu uma migração em direção às terras colonizadas para trabalho assalariado agrícola, muitas vezes realizada por antigos proprietários despossuídos. No Leste, região ocupada por populações como os cabilas, além de formas análogas, houve uma emigração em direção à França. Esse processo de expropriação legalizada impulsionou a emigração dos primeiros *fellahin* e *khammeses* empobrecidos, fornecendo uma grande reserva de mão de obra para a colonização e para atender à demanda francesa.

Cabília: particularidades do território

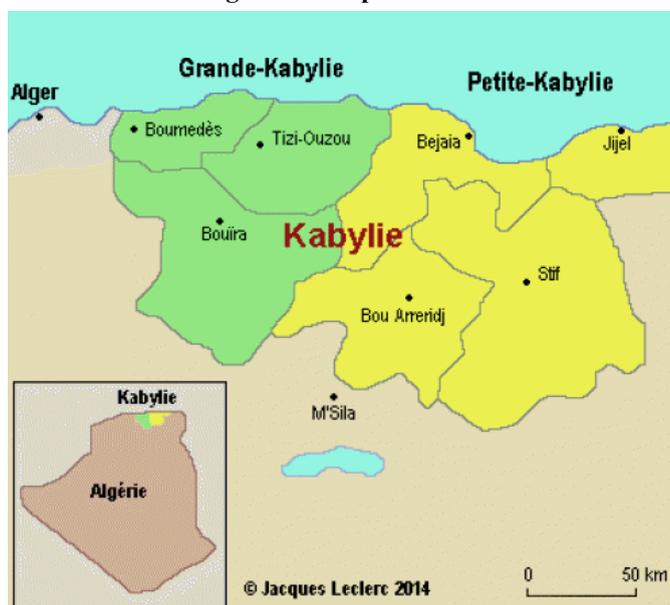
A Cabília é essa vasta reunião de montanhas compreendida entre Dellys ao norte, Sétif e Aumale ao sul. O Djurdjura forma um imenso levantamento, envolvendo todo o país como se fosse um quarto de círculo. A massa das montanhas desce em planos sucessivos até o Sebaou. No entanto, cada plano termina abruptamente e com desníveis de 4 a 500 metros, de modo que as cristas das montanhas são muito estreitas, alguns metros no máximo. Além disso, essas cristas, embora sejam os únicos caminhos possíveis, são adornadas por elevações cônicas com inclinações muito íngremes. É geralmente sobre esses cones que se encontram as aldeias, de maneira a formar verdadeiras cidadelas (Anônimo, 1857).

Essa é a descrição geográfica da Cabília encontrada no documento *La Kabylie: conquise par l'armée française sous le règne de Napoléon III, en 1857* (data em que a Cabília foi conquistada), mas que tem o autor desconhecido; ele traz uma série de descrições dessa região particular na Argélia. O documento ainda descreve:

A população é numerosa e, embora as montanhas sejam bastante bem trabalhadas, entende-se que ela não pode viver ali. Também carrega as marcas de longas privações. Nossa conquista vai dar pão aos cabilas e permitir que eles desçam para nossas planícies para fornecer mão de obra aos nossos colonos e recolher o dinheiro necessário para alimentar suas famílias (Anônimo, 1857).

Essa suposta “solidariedade” dos conquistadores com os cabilas vai permear o período colonial e contribuir na formação de mitos. Abaixo, um mapa que situa a região da Cabília dentro do território da Argélia:

Imagem 02: Mapa da Cabília



Fonte: <https://article19.ma/accueil/archives/177618>

As fronteiras da Cabília durante o período colonial eram menos precisas do que esse mapa indica e foram se delimitando ao longo da colonização. Conforme Patricia Lorcin (2014), num mapa elaborado em 1847 pelos cartógrafos do Exército e do

Gabinete de Assuntos Árabes, a área da Grande Cabília era um trapézio que se estendia aproximadamente desde a foz do rio Isser no Mediterrâneo entre Dellys e Argel, a sul até Aumale, a leste até Sétif e norte para Bougie. É esta área que foi considerada Cabília durante o século XIX e aproximada do que hoje é conhecida como Grande e Pequena Cabília. As cadeias de montanhas incluídas nesta área são Djurdjura (hoje na Grande Cabília) e as montanhas Biban e Guergour (hoje na Pequena Cabília). Foi, no entanto, Djurdjura que foi considerada como o coração da Cabília e por vezes usada como uma metáfora para a região como um todo (Lorcin, 2014)⁸.

Origens da emigração cabila

Ali Mekki (2021), traça uma reflexão sobre a relação entre as leis fundiárias francesas e a emigração de argelinos, sobretudo cabilas, para a França. Para ele, a série de leis fundiárias aplicadas sobre o território perturbou a unidade dos grupos familiares, as relações dos indivíduos entre eles, bem como a sua relação com a terra. Ele também destaca como a repressão francesa à insurreição cabila de 1871 foi um outro elemento que acelerou a tomada de terras nativas. Mekki sintetiza o caráter fundiário da colonização e o impacto das leis de terras no espaço tradicional das populações nativas: As terras argelinas foram declaradas demasiado abundantes para a sua população, as terras agrícolas demasiado vastas para os *fellahin* que viviam delas.

O impacto dessas leis foi brutalmente sentido pois os grupos eram tradicionalmente organizados em torno dos princípios de indivisibilidade e inalienabilidade da terra. A chamada propriedade tradicional passou a ser desconsiderada, passando a valer apenas a concepção francesa. O parcelamento da terra em porções individuais facilitava a sua expropriação pelas autoridades coloniais através de vários métodos.

Mesmo em locais em que a expropriação de terras foi menor, como em áreas da Cabília, esse conjunto de leis também afetou a estrutura tradicional do grupo ao substituir a unidade tribal tradicional por uma nova organização administrativa cujo núcleo passou a ser o *douar* e não mais a tribo (Mekki, 2021). “Estas políticas fundiárias atingiram o coração da sociedade tradicional porque contribuíram para o deslocamento das relações e práticas de produção e propriedade que eram a base da vida social” (Mekki, 2021). A economia colonial prosperou em propriedades agrícolas cada

⁸ Cabe destacar que as duas regiões que compunham a Cabília, a grande Cabília e a pequena Cabília, não eram homogêneas. Cada uma tinha particularidades próprias e inclusive foram administradas de forma diferente (Ageron, 2005). Sobretudo porque a grande Cabília se situava no departamento de Argel e a pequena Cabília no departamento de Constantina.

vez maiores, enquanto a economia nativa se tornava cada vez mais subdesenvolvida. Com isso, as populações foram cada vez mais confinadas em terras inférteis e montanhosas.

Conforme Mekki (2021), milhares de camponeses viram-se proletarizados, tornaram-se trabalhadores agrícolas, abandonaram as suas terras num sentimento de desonra, sem necessariamente encontrarem na cidade ou noutra local o que comer e viver. É neste contexto que se inicia a saída dos homens em direcção à metrópole, rompendo com as suas condições iniciais, com a ordem social e cultural original (tradições, costumes sociais, língua, religião, vestuário), com o seu estado de camponês e com a sua comunidade, para descobrir, confrontar, vivenciar outro estado, o de trabalhador, outra linguagem e outras relações sociais (Mekki, 2021).

Mekki (2021) delinea então algumas questões relativas à emigração argelina para a França e assim como Abdelmalek Sayad (1994), ele argumenta que essa emigração começa a partir de regiões em que os interesses coloniais por mão de obra eram relativamente menores. A Cabília foi uma dessas regiões, mas a grande quantidade de emigrantes cabilas não se explica apenas pelo desinteresse dos colonos pelo seu trabalho. Um outro elemento que deve ser levado em conta é a invenção e gestão do *mito cabila*. “Esse mito consiste em distinguir populações, dividi-las e opor-lhes com base em preconceitos raciais” (Mekki, 2021). O mito cabila considerava os cabilas (berberes) e os árabes, como duas “raças” distintas, marcadas por diferenciações como o sedentarismo e o nomadismo, ou religião. “A Cabília foi valorizada particularmente em nome de uma alegada anterioridade da religião cristã. Da mesma forma, foi tentada uma política de naturalização dos ‘nativos cabilas’ e de afrancesamento dos nomes das aldeias cabilas colonizadas” (Mekki, 2021). A escolarização foi outro fator determinante.

A revolta Mokrani de 1871, centrada na Cabília, foi um outro fator que influenciou a posterior emigração para a França. Pois, após a repressão grandes parcelas de terra foram tomadas. A revolta nasceu do descontentamento com a crescente pauperização nativa e também com o pagamento de impostos mesmo em contextos de crise, como as fomes que vinham atingindo a Argélia com grande impacto desde a década de 1860. Conforme Mekki (2021), a repressão à revolta foi feroz e as medidas tomadas contra as tribos foram desproporcionais. “Esta insurreição em grande escala teve como consequência, devido à repressão que se seguiu, uma maior desapropriação

do campesinato argelino para maior benefício da colonização. A repressão econômica foi, a longo prazo, ainda mais dura do que a repressão militar” (Mekki, 2021).

Essa repressão na Cabília contribuiu para o encurralamento das populações nativas em áreas cada vez menos férteis, sobretudo nas regiões montanhosas. Esse encurralamento e a necessidade pela busca de alternativas para a manutenção da posse das terras, mesmo que escassas, são alguns dos elementos que influenciaram a emigração para a metrópole. Na Argélia, mesmo nas cidades, as possibilidades eram escassas e o país sofria com grande desemprego e a falta de uma economia que absorvesse o contingente de camponeses subproletariados pelo sistema colonial. Mas antes de falar dessa emigração propriamente dita e do seu uso como resistência pelos *fellahin*, cabe refletir sobre as condições que a possibilitam sobretudo entre as populações cabilas.

No início do século XX, a agricultura tradicional encontrava-se então impactada pela forma com que a colonização avançava, sobretudo a imposição das leis fundiárias e das *plantations* de uva. Os cabilas, mesmo que considerados pelos franceses como superiores aos árabes, não se encontravam em condições melhores, pois as desigualdades entre colonos e colonizados era geral. Mas, em 1906 “para acabar com as greves dos seus trabalhadores italianos, as refinarias e lagares de Marselha convocaram, em 1906 e 1907, centenas de imigrantes cabilas, na sua maioria, que foram então transferidos para as fábricas parisienses” (Mekki, 2018). Começava assim a se desenvolver uma emigração cabila para a França. Vale refletir sobre como a França sempre buscava fazer gradações entre as populações, a melhor mão-de-obra a princípio era a de estrangeiros, como os italianos. Na ausência desta, começa a ser requisitada uma mão-de-obra colonial. Mas não qualquer uma. O mito cabila é então acionado e a migração incentivada vai ser essencialmente cabila, pois como caracterizavam os franceses o cabila era “o bom trabalhador” (Sayad, 1994).

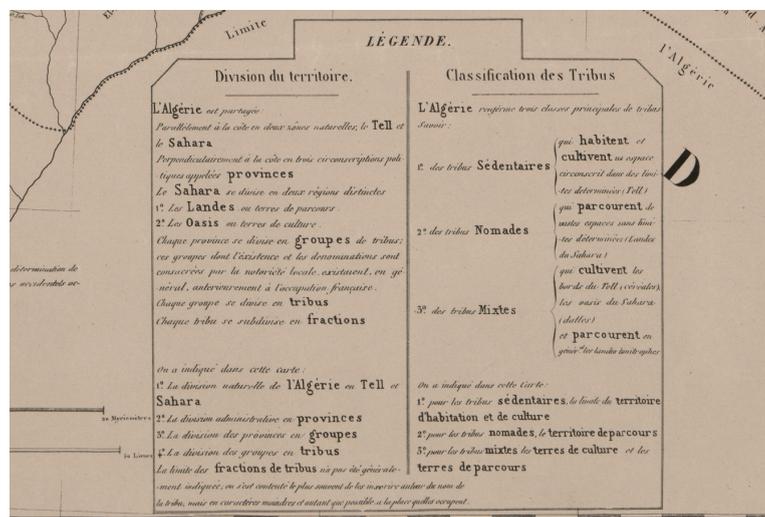
O mito cabila

A Cabília é formada por uma população de origem berbere que são chamados de cabilas. Essa população cabila era vista de uma forma “romantizada” pelos franceses, sendo considerados mais civilizados em oposição aos árabes que formavam o outro grupo étnico predominante⁹ da Argélia. Durante a dominação colonial, os franceses

⁹ “Os berberes e os árabes eram as populações predominantes na Argélia, mas não os únicos que ocupavam o território. Conforme Lorcin (2014) chama atenção, “Os seus principais componentes eram árabes e berberes, mas também incluía turcos; Kouloughlis (filhos de turcos e mulheres norte-africanas); andaluzes (descendentes dos mouros exilados de Espanha); negros (principalmente soldados, escravos e

criaram uma dicotomia entre árabes e berberes. Dicotomia pautada principalmente em elementos étnicos e raciais, considerando os cabilas como mais próximos dos europeus e alegando um passado romano comum. Essa dicotomia também era pautada em elementos religiosos, ao considerar que havia também um passado cristão comum. Elementos relacionados à sedentarização e ao nomadismo também marcaram essa dicotomia, pois a visão francesa considerava que populações civilizadas precisavam ser sedentárias. O documento abaixo, que é o recorte de um mapa elaborado por membros da *Comission scientifique de l'Algérie* em 1846, demonstra como havia uma classificação feita pelos franceses para contrapor as populações sedentárias das nômades:

Imagem 03: Classificação colonial das tribos argelinas



Fonte: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b53248139d>

Para os franceses, os árabes em geral eram nômades, o que indicava uma incivilidade, enquanto os cabilas eram considerados sedentários e conseqüentemente mais civilizados. Mas essa visão colonial ignorava que de ambos os lados haviam dinâmicas de mobilidade não estáticas. Como aponta Direche-Slimani (2004), os cabilas não eram necessariamente populações fixas, pois historicamente tinham uma dinâmica antiga de mobilidade regulamentada pela sociedade. É dessa oposição dicotômica entre árabes e cabilas, que vai surgir o mito cabila¹⁰ que considerava os cabilas como

emancipados); Judeus; e “Infiéis” (escravos e renegados não-muçulmanos, muitos dos quais ocuparam altos cargos durante a ocupação turca). Durante o período colonial, os franceses tenderam a ignorar esta diversidade e, à parte os judeus, a ver a população como uma dicotomia entre árabes e berberes” (Lorcin, 2014).

¹⁰ Conforme Charles-Robert Ageron (2005), o mito cabila começou a ser delineado na obra do coronel Daumas e do capitão Fabar, publicada em 1847. Ageron destaca que, esses autores procederam a uma descrição amplamente mítica, “opondo a ‘raça cabila’ estabelecida nas montanhas à ‘raça árabe’ dos vales

superiores aos árabes. Enquanto era pregada uma política que ia para o rumo do extermínio dos árabes, defendida por representativas figuras francesas como Alexis de Tocqueville, era desejada uma suposta assimilação dos cabilas (Kiernan, 2017). A oposição feita entre cabilas e árabes era então marcada por questões raciais, desprezo dos franceses pelo árabes, mas também servia para a lógica colonial do dividir para conquistar. Os cabilas foram então cercados por imaginários mistificados a seu respeito durante a colonização, sofrendo de uma forma diferente os impactos e formando a maior parte dos migrantes que rumaram em direção à metrópole francesa.

Esse mito cabila vai ter então um papel muito forte na emigração para a França, iniciada e incentivada no início do século XX. Quando a França viu necessidade em importar mão-de-obra argelina, sobretudo a partir de 1906, privilegiou a imigração cabila se valendo do *mito cabila* por considerá-los mais civilizados em comparação aos árabes. Outro elemento, é que os franceses tinham uma visão de que, mesmo não sendo tão brancos como os europeus, os cabilas eram mais brancos que os árabes. Elementos raciais pautavam então quem teria uma permissão para migrar para a França concedida mais facilmente.

A emigração cabila na primeira idade (1906-1950)

A emigração cabila para a França vai ser então possibilitada por uma brecha produzida pelo próprio sistema colonial e as concepções que ele criou, como a do mito cabila. Os franceses, na necessidade de mão-de-obra passam a incentivar essa emigração. Mas a escolha de migrar parte do sujeito e do seu grupo. Ao converterem essa brecha em uma forma de resistência para manter a posse da terra e sua identidade camponesa, o *fellah* joga com as brechas e paradoxos produzidos pelo sistema.

A migração cabila iniciada nas primeiras décadas do século XX e que vai até 1950, é caracterizada por Sayad como a *primeira idade da emigração* (2010). A migração não é um fenômeno estático nem em sua origem, nem em sua dinâmica, pois ela ocorre a partir de processos diferentes. Conforme Sayad (2010), as fases da emigração correspondem com as fases que podem ser distinguidas no processo de transformação interna das comunidades rurais que produzem o emigrante. Para Sayad, a

e planícies e pretendendo descobrir no povo cabila, ‘em parte germânico de origem’, traços de sua impregnação cristã: ‘A santa lei do trabalho obedecida, a mulher quase reabilitada, muitos costumes em que respiram a igualdade, a fraternidade, a comiseração cristã. Lamentando que até então se aplicassem regras comuns a duas raças que tudo opunha, acreditando que ‘uma abordagem oposta nos teria poupado muitas dificuldades’ (?), esses autores acabaram definindo assim as ‘bases’ de uma política cabila: ‘Manutenção das formas republicanas da tribo, delegação do exercício do poder aos seus amine... uso judicioso dos cofres e das grandes famílias... respeito às leis antigas do país, aos kanouns tradicionais que, aliás, não ferem nossos grandes princípios de direito público’” (Ageron, 2005, tradução nossa).

história do primeiro momento da emigração para a França se confundia com a história de uma sociedade camponesa que lutava por sua sobrevivência e que esperava que a emigração lhes desse os meios para perpetuar-se como tal.

Nesse sentido, a *primeira idade da emigração* argelina, teorizada por Sayad (2010), vai ser então uma emigração ordenada. Ordenada, pois seguia uma lógica estabelecida pelo grupo e pela comunidade de origem. Esse emigrante ainda era um *fellah* e queria assegurar os meios para garantir essa existência e também manter a dos seus pares que ficaram na terra. Esse *fellah* deveria se manter solidário com seu grupo, ao prover dinheiro líquido, assim como fiel à sua condição e honra de camponês. Esses migrantes iam então para a França em busca de trabalho, para poder mandar o dinheiro ganho para seus familiares na Argélia.

A emigração deveria ser um serviço ao mundo camponês e para tal selecionava os seus agentes “segundo os princípios do *habitus* camponês” (Sayad, 2010). Essa missão, que constitui a emigração cabila, era permeada por mecanismos impostos pelo grupo para amenizar os seus impactos. Esses mecanismos levavam em conta fatores como: idade; necessidade do *fellah* não ter ambições individuais, nem querer “imitar os da cidade”; a permanência migratória deveria ser a mais breve possível; e deveriam migrar o mínimo de vezes possível.

Essa migração era condicionada a fatores como o calendário dos trabalhos agrícolas e os momentos intensos da vida social no campo, como eram os de casamentos. Mesmo na cidade, segundo a norma do grupo, esse *fellah* deveria viver e pensar como um “autêntico camponês”. Visto que a vida urbana era considerada como algo que poderia afetar a missão. Também eram adotados mecanismos para manutenção da identidade camponesa dentro do próprio país de imigração, como a formação de núcleos onde “o emigrante se refugiava em uma espécie de ‘pequeno país’ reconstituído na França para prolongar o ‘grande país’ natal” (Sayad, 2010). A emigração permanecia subjugada à ordem tradicional e continuava estando ao serviço da condição camponesa.

O caráter de resistência dessa migração era evocado pelos próprios *fellahin* que, conforme indica Sayad (2010), davam à emigração um caráter de missão e sacrifício, sendo até mesmo uma questão de *nif* (honra), ao se recusarem a perder sua condição camponesa. Nesse recorte proposto aqui, que vai até a década de 1950, observa-se então um forte caráter de recusa e resistência pela sociedade tradicional cabila ao processo de desestruturação imposto pelo colonialismo ao modo de vida camponês.

A partir disso, argumenta-se como essa primeira idade, composta por uma migração ordenada, pode ser caracterizada como uma resistência dos nativos que habitavam as regiões montanhosas aos impactos do colonialismo, que foram marcados pelas expropriações de terra e as *plantations*. Uma resistência possibilitada pela forma como seus territórios foram impactados pela colonização fundiária, mas também pela forma com que souberam aproveitar determinadas brechas produzidas pelo sistema colonial para preservar sua identidade camponesa (de *fellahin*). Para tal, os migrantes utilizavam mecanismos vinculados ao grupo de origem para diminuir os impactos da migração. Tenta-se demonstrar aqui como a Cabília foi uma parte da Argélia para a qual a migração foi uma forma de manutenção do modo de vida camponês. Mas isso durante a primeira idade, onde a tradição conseguia controlar como se daria essa migração.

Mas, tal análise não desconsidera a violência colonial que permanece implícita à atmosfera dessa migração que se dá em um contexto colonial. Pois, mesmo que essa migração seja lida aqui como uma forma de resistência às imposições coloniais, ela não é inofensiva. Só de ter que deixar sua terra para tentar salvar ao máximo sua condição de camponês, o nativo já está sujeito à violência colonial. Mas é pela migração que ele consegue manter os seus pares junto à terra (à *thamourth*). Vale ressaltar que mesmo que o cabila não tivesse sido massivamente expropriado de suas terras como tinham sido os árabes, a colonização francesa desestruturou a coesão interna desses grupos com uma suposta modernização que substituiu a economia de troca pautada na reciprocidade por uma economia monetária (Bourdieu, 2021).

Para que essa primeira idade da migração cabila possa ser analisada então como uma forma de resistência aos impactos do domínio neocolonial capitalista francês, devem ser considerados elementos do contexto histórico colonial que a possibilitaram. Pois, como abordado, os cabilas utilizaram a migração para manter sua condição de *fellahin*, sobretudo por uma brecha produzida pelo próprio sistema colonial. Brecha essa, muito ligada ao mito cabila apresentado anteriormente e à permissividade dada pelos franceses para poderem migrar.

Conclusão

Sayad (2010), aponta que a emigração não ocorre sem custos, mesmo que alguns grupos tentem manter a ilusão de que a emigração pode ser relativamente inofensiva e que não perturba nenhuma ordem, nem mesmo a do campesinato já que para garantir sua perpetuação eles se veem obrigados a “delegar” à alguns de seus membros a função de emigrar. Cabe então refletir, que mesmo quando a emigração assume uma forma de

resistência ela não é inofensiva, pois só de ter que deixar sua terra para tentar salvar ao máximo sua condição de *fellah*, o sujeito já está permeado pela violência colonial.

Ler a migração cabila aqui como uma forma de resistência adotada pelos camponeses não significa romantizá-la. As vantagens que o mito cabila parecia fornecer, na prática não isentava os cabilas da violência colonial. Tanto na origem dessa emigração, já que migraram por terem sido empurrados para essa necessidade, pois o seu grupo se viu cercado pela desestruturação total imposta pelo colonialismo na Argélia. Quanto na estadia desse migrante na França, pois estava sujeito ao estranhamento que sua presença gerava. Mesmo sendo mais aceitável pelos franceses, do que seriam os árabes, esse migrante cabila não escapava do racismo e da discriminação que sua condição de colonizado impunha.

Benjamin Stora (1992), destaca que ao chegar na França os imigrantes cabilas sentiam o peso de sua condição jurídica de colonizado. Sobretudo por estarem sujeitos às disposições impostas pelo *Sénatus-consulte* de 1865¹¹ e o *Code de l'indigénat*¹², que demarcavam as diferenças jurídicas e de cidadania entre colonos e colonizados. Ademais, esse migrantes habitavam residências insalubres e precisavam viver com o mínimo possível que conseguissem, pois o foco da missão era economizar e mandar o dinheiro para a sua família na Argélia

Ou seja, essa resistência, que aqui lemos na primeira idade da emigração cabila, não deixava de estar sujeita às lógicas do sistema colonial. O que não anula a capacidade de agência desses *fellahin* que aproveitaram as brechas produzidas por esse mesmo sistema. O sistema colonial geralmente tem esse caráter paradoxal, produz brechas para a resistência das populações que subjuga, mas ao mesmo tempo se beneficia delas e as controla. Mas o ponto aqui é ler a capacidade de resiliência das populações frente à violência que se impõe sobre elas e também ao aproveitamento que fazem das brechas que se apresentam.

¹¹ O *Sénatus-consulte* de 1865 surge de um impasse da administração francesa que não queria considerar a população argelina como estrangeira, mas também não queria estender a cidadania francesa a ela. O *Sénatus-consulte* resolve esse dilema separando a cidadania da nacionalidade francesa e permite aos nativos reivindicar a nacionalidade francesa, mas sem gozar dos direitos conferidos pela cidadania (Bollenot, 2023). Mas conforme Lorcin (2014), o *Sénatus-consulte* de 1865 permaneceu letra morta para os nativos, pois para poderem ter essa nacionalidade precisavam renunciar ao seu estatuto pessoal (direitos legais) sob abrigo da lei islâmica.

¹² O *Code de l'indigénat* foi caracterizado por uma série de regulamentos que permitiam aos administradores coloniais aplicar diversas penalidades aos nativos, como prisões e multas, sem passar por um julgamento. O código do nativo, a partir de uma série de práticas repressivas, também permitia à administração colonial impor trabalhos forçados, penas de prisão e confisco de propriedades (Bollenot, 2023). Cabe destacar que mesmo que tenha se iniciado na Argélia, esse código se generalizou para todas as colônias francesas.

Vale ainda destacar que o mito cabila, construído e alimentado pelos franceses, se converteu em um grande problema após a independência da Argélia. O que parecia ser uma vantagem dada aos cabilas e até permitia a resistência na forma de emigração, depois virou uma questão nacional. Pois as tensões entre os árabes e os cabilas cresceram após a independência. Os árabes assumiram a frente do governo argelino em construção, com uma política de reconstrução de um passado histórico arabófono, apagando de certa forma a berberidade do país. A divisão étnica entre árabes e berberes já existia antes da colonização francesa, mas esse sistema colonial operou no reforço dessa divisão com construções como a do mito cabila. A dominação colonial francesa explorou uma oposição e rivalidade entre os dois grupos dominados. E após a independência, esse problema foi deixado na mão dos argelinos.

Referências:

- AGERON, Charles-Robert. **De l'Algérie "française" à l'Algérie algérienne**. Paris: Editions Bouchène, 2005.
- AGERON, Charles-Robert. **Histoire de L'Algérie Contemporaine**. Paris: Presses Universitaires de France, 1964.
- ANÔNIMO. **La Kabylie conquise par l'armée française sous le règne de Napoléon III, en 1857**. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6456395x>. Acesso em: 02 de setembro, 2023.
- BALANDIER, Georges. **A situação colonial: abordagem teórica**. Cadernos Ceru, v. 25, n. 1, 02. Junho de 2014.
- BOLLENOT, Vicente. **1887, Le code de l'indigénat algérien est généralisé à toutes les colonies françaises**. Encyclopédie d'histoire numérique de l'Europe, S. 1., 2023. Disponível em: <https://ehne.fr/fr/node/22081>. Acesso em: 04 de junho, 2024.
- BOURDIEU, Pierre. **O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais**. São Paulo: Perspectiva, 2021.
- BOURDIEU, Pierre; SAYAD, Abdelmalek. **A dominação colonial e o sabir cultural**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 26, p. 41-60, jun. 2006.
- BOURDIEU, Pierre; SAYAD, Abdelmalek. **El desarraigo: la violencia del capitalismo en una sociedad rural**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2017.
- DIRECHE-SLIMANI, Karima. **Kabylie: L'émigration kabyle, entre tradition économique et histoire politique**. Encyclopédie Berbère, S.l., 26, p. 4046-4050, 2004. Disponível em: <https://journals.openedition.org/encyclopedieberbere/1428?lang=en>. Acesso em: 15 de maio, 2024.
- HAMANI, Ménouba. **L'impact de la colonisation sur le foncier algérien: Le cas de l'est algérien**. In: G, VIANEY; M, REQUIER-DESJARDINS; J, PAOLI (Orgs.). *Accaparement, action publique, stratégies individuelles et ressources naturelles: regards croisés sur la course aux terres et à l'eau en contextes méditerranéens*. Montpellier: CIHEAM, 2015. Disponível em: <https://om.ciheam.org/article.php?IDPDF=00007130>. Acesso em: 20 de março, 2023.
- HENNI, Ahmed. **Économie de l'Algérie Coloniale, 1830-1954**. [S. l.]: Éditions Chihab, 2018.

KIERNAN, Ben. **Blood and Soil: A World History of Genocide and Extermination from Sparta to Darfur**. New Haven: Yale University Press, 2007.

LORCIN, Patricia. **Imperial Identities: Stereotyping, prejudice & race in Colonial Algeria**. Lincoln: University of Nebraska, 2014.

MEKKI, Ali. **De la vallée de la Soummam à la vallée de la Durance: Un siècle d'émigration kabyles 1915-2015**. Aix-en-Provence: Presses universitaires de Provence, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/books.pup.49573>. Acesso em: 10 de fevereiro, 2024.

MERLE, Isabelle. **De l'idée de cantonnement à la constitution des réserves La définition de la propriété indigène**. In: BENSA, Alban; LEBLIC, Isabelle (Orgs.). *En Pays Kanak: Ethnologie, linguistique, archéologie, histoire de la Nouvelle Calédonie*. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme, Ministère de la Culture, 2000.

OYAMADA, Noriko. **The 1873 Warnier Law and the formation of private landownership in Algeria: The transfer of Landownership from Indigenous peoples to European settlers**. *The Journal of Sophia Asian Studies*, S. 1., n° 30, p. 16-40, 2012.

SAYAD, Abdelmalek. **Aux origines de l'émigration kabyle ou montagnarde**. In: *Hommes et Migrations*, n°1179, septembre 1994. Les Kabyles. De l'Algérie à la France. pp. 6-11. doi: <https://doi.org/10.3406/homig.1994.2276>.

SAYAD, Abdelmalek. **Colonisation, viticulture et émigration en Algérie**. In: Henri Bresc et al., *Mutations, identités en Méditerranée*. Éditions Bouchène, 2000. Pages 207 à 232. ISBN 9782912946218. Disponível em: <https://www.cairn.info/mutations-identites-en-mediterranee---page-207.htm>. Acesso em: 29 de setembro, 2023.

SAYAD, Abdelmalek. **La doble ausencia: de las ilusiones del emigrado a los padecimientos del inmigrado**. Barcelona: Antropos, 2010.

SCHLEY, Rachel Eva. **The Tyranny of Tolerance: France, Religion, and the Conquest of Algeria, 1830-1870**. Tese de doutorado em história, defendida na UCLA, 2015.

STORA, Benjamin. **Ils venaient d'Algérie: L'immigration algérienne en France, 1912-1992**. Paris: Arthème Fayard, 1992.

VENTURINI, Maïa. **Vineyards of Colonial Algeria: A History of French or Algerian Wine?** Algeria: Jadaliyya, 2013. Disponível em: <https://www.jadaliyya.com/Details/29602>. Acesso em: 29 de setembro, 2023.

WHITE, Owen. **The blood of the colony: Wine and the Rise and Fall of French Algeria**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2021.